



Alterações na previdência social causam polêmica

Estudo do DIEESE indica possíveis consequências das Medidas Provisórias. Págs. 4 e 5

POLÍTICA

Diretor do SENGE analisa cenário para reforma política

Página 3

SINDICAL

SENGE-RJ critica falta de diálogo no CONFEA

Página 7

NOVA CEDAE

Sindicato apresenta manifesto e felicita a nova gestão

Página 7



Adriana Medeiros

ENTREVISTA

Sérgio Almeida avalia os desafios da esquerda no Brasil

Ex-presidente do SENGE-RJ analisa a situação política e econômica do Brasil após as eleições realizadas em 2014, que reelegeram Dilma Rousseff, do PT

Página 8

Retirar direitos trabalhistas é retrocesso

As recentes medidas provisórias, MP664 e MP665, que alteram as regras do Seguro-desemprego, Abono-salarial, Seguro-defeso, Pensão por morte, Auxílio-doença e Auxílio-reclusão, apesar dos argumentos do governo em seu favor, de fato excluem milhões de trabalhadores a seu acesso, caso sejam aprovadas, segundo trabalho realizado pelo DIEESE. Elas têm que ser entendidas no contexto de um ajuste fiscal, em que os trabalhadores mais uma vez pagarão a conta, no lugar de uma reforma tributária que institua um mínimo de justiça, taxando as grandes fortunas e quem ganha mais.

É importante que os trabalhadores se mobilizem para impedir a retirada de seus direitos, além de constituir um precedente perigoso caso não haja nenhuma reação. O recuo político do governo Dilma frente às forças do mercado, além do retrocesso, é uma capitulação e uma guinada significativa em direção às políticas ditadas pelos setores financeiros, que exigem mais esforço do governo para aumentar o superávit primário.

Entregar a política econômica para Joaquim Levy é um péssimo sintoma no começo do segundo mandato. Além disso, todos aqueles que votaram em Dilma no segundo turno se sentem enganados e traídos pela mudança no programa político. Isto também cria um problema muito sério: votar em certo candidato pelas suas propostas e programa político e, no final das contas, o candidato fazer o inverso do que prometeu. O que fazer?

Coletivo de Mulheres da Fisenge reforça luta pelo empoderamento feminino nos espaços

SIMONE BAÍA*

No final do ano passado, os parlamentares eleitos para o Congresso Nacional foram diplomados. Destes 513 deputados federais, apenas 51 são mulheres e nenhuma mulher transexual fora eleita. O Brasil realizou um feito histórico ao protagonizar uma eleição presidencial com a candidatura de três mulheres, mas caminha a passos lentos pela ocupação dos espaços de poder. Estas conquistas - como o voto feminino e a participação efetiva no processo eleitoral - são fruto de dura luta, travada na época, pelo movimento sufragista. Luta esta que permanece até os dias de hoje.

De acordo com dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as mulheres representam 51,5% do total de brasileiros. Mesmo com maioria na sociedade, as mulheres enfrentam discriminações e falta de igualdade de direitos e oportunidades. Uma das causas destas desigualdades no parlamento é o financiamento de campanha. Além das distorções programáticas promovidas pelo financiamento privado, a maioria das doações vai para os homens. Isso acontece justamente por conta da visão histórica patriarcal e machista - reafirmada pela sociedade capitalista - da ocupação dos espaços políticos prioritariamente por homens. Defendemos o financiamento público de campanha para equidade de direitos e oportunidades na disputa eleitoral e também para erradicar a sub-representação de mulheres, negros, indígenas e jovens no parlamento.

Outro agravante para a ocupação dos espaços políticos por mulheres são as candidaturas "laranjas", com o objetivo de cumprir cotas; e não a defesa de um programa político claro. Além disso, há a enorme dificuldade em pautar as questões de gênero no parlamento. A ocupação dos espaços

de poder pelas mulheres enfrenta uma série de dificuldades, como o tempo; a falta de dinheiro devido à menor remuneração; a falta de divisão das responsabilidades familiares e domésticas; a cobrança da sociedade patriarcal, da família e a ausência recorrente de políticas públicas universais de qualidade, como creches principalmente em horário integral, escolas, lavanderias comunitárias, postos de saúde, entre outros.

Também é preciso fazer a reflexão sobre a forma como o empoderamento feminino se dá nos espaços, tanto no mercado de trabalho, como nas

organizações políticas e dentro do próprio lar. Isso porque, embora a organização tenha o comprometimento político com questões de gênero e participação das mulheres, muitas das deliberações não são cumpridas. Há muitos parlamentares homens solidários e conscientes da importância da luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas a onda conservadora e fundamentalista do parlamento não permite muitos avanços.

Por isso, acreditamos que apenas uma profunda reforma política será capaz de enfrentar tais distorções do sistema. Defendemos a laicidade do Estado; o financiamento público de campanha; uma representação justa de mulheres, negros e indígenas dentre os parlamentares; o fortalecimento dos partidos e seus programas e a necessária regulação da mídia. A igualdade de direitos e o empoderamento feminino são lutas coletivas de homens e mulheres comprometidos com o fortalecimento da democracia e a construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. Por mais mulheres na política!

*SIMONE BAÍA, engenheira química, diretora da mulher da Federação Inter-sindical de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e coordenadora do Coletivo de Mulheres da Fisenge

Mesmo com maioria na sociedade, as mulheres enfrentam discriminações e falta de igualdade de direitos e oportunidades



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lúcia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiário: Wesley Prado

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Reforma política é possível?

Cenário atual revela desafios para uma reforma realmente popular. Diretor do Senge-RJ, Agamenon Oliveira acredita que 2015 é o momento para mobilizações populares

Entre as tantas promessas feitas durante a última campanha presidencial, como o controle da economia, a continuidade das políticas sociais e a manutenção de empregos, a reforma política talvez seja o ponto central desse novo governo Dilma, pois abarca todo sistema político brasileiro.

Boa parte dos candidatos discutiram sobre a necessidade de mudar a teoria e prática do modelo brasileiro de fazer política, expressada pelo exercício do modelo de democracia representativa escolhido (de cima para baixo, diga-se). Democracia que, aliás, nem sequer é praticada em totalidade, basta ver o Artigo 1º, parágrafo único da Carta Magna: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Infelizmente, o “diretamente” costuma ser propositalmente esquecido pelos discursos demagogos pró-democráticos.

A discussão sobre a reforma ultrapassou o púlpito dos candidatos e políticos (stricto sensu) para chegar às mesas de debates entre diversos setores e posicionamentos políticos da sociedade. Da esquerda à direita, todos querem a reforma. Uns seguem a utopia possível do controle social da política, outros já se contentam com reformas graduais e pontuais, sem grandes mudanças estruturais. A reforma mostra-se ambivalente e, dependendo das forças que tencionem mais forte, vai pender para um lado. E esse lado pode não ser o do povo, que anseia, entre outras coisas, pelo acesso à terra, moradia, comunicação plural, bens e serviços de qualidade, direitos historicamente negados que a reforma pode trazer.

No entanto, a onda conservadora que assumiu o Congresso em fevereiro indica que haverá resistência na apro-

vação de reformas progressistas de interesse popular, haja visto o veto do decreto presidencial do projeto de Política Nacional de Participação Social (PNPS), que visava aumentar a participação popular nas decisões institucionais. Diante da capilaridade e dificuldade que paira sobre o tema entre os congressistas, a solução efetiva, então, só poderia vir de um lugar: das ruas. Agamenon Oliveira, diretor do Senge-RJ, sugere: “a reforma política tem que ser feita fora do Congresso. Somente assim teremos alguma chance de mudar alguma coisa”. Para ele, somente a mobilização popular, como a de junho de 2013, que levou milhões às ruas em mais de 100 cidades brasileiras, ofereceria o combustível necessário a uma mudança real. “Como este ano vai ser muito difícil para os trabalhadores, teremos uma conjuntura mais propícia às mobilizações”, prevê.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apontou, em pesquisa realizada após as eleições, que a bancada eleita é a mais conservadora desde 1964, com aumento expressivo do número de policiais, militares e evangélicos. “Não será nada fácil com esse Congresso que temos. Toda vez que o tema avança, parlamentares temem que isso possa dificultar a sua reeleição. Vejo uma postura muito conservadora lá dentro; é uma postura egoísta, que não coloca o povo no centro de interesses. É possível pressionar o tema no Congresso, por meio de atos, debates, mídias sociais, coleta de assinaturas, que já existe e tem mais de 100 entidades apoiando, entre elas o Senge-RJ”, comenta o deputado federal Alessandro Molon (PT).

A Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB) é uma das entidades que lutam em defesa da reforma e participou da construção da “Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas”.

Entre as propostas está o fim do financiamento privado de campanha, que cria laços delicados entre o poder público e as empresas financiadoras. Na última eleição, por exemplo, empresas do setor bancário, alimentício e empreiteiras envolvidas em denúncias de corrupção doaram valores aviltantes a quase todos os partidos. Essas mesmas empreiteiras colecionam obras nos quatro cantos do país e muitas comprovadamente já estiveram envolvidas em crimes, como a Delta de Fernando Cavendish. Wadhi Damous, presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da OAB, considera que o fim desse mecanismo “poderia diminuir a corrupção e pressionar para que outros itens progressistas sejam aprovados em sequência”. Ainda pondera que “é fundamental que se defenda um conteúdo de qualidade para além da agitação pela reforma”.

Essa manobra do financiamento

privado carece de regulamentação e cria vícios danosos à democracia pois, como alerta a OAB, “se elege o candidato que tem mais recursos. O poder econômico passa a ser o diferencial a garantir a eleição” e dinheiro não pode definir quem pode ou não atuar nas decisões institucionais e políticas do país.

Outra pauta é a implementação de um sistema eleitoral com lista fechada de candidatos, em oposição à atual lista aberta, que dá votos a qualquer candidato. “Assim, a disputa eleitoral se realiza em torno de indivíduos e não em torno de projetos para solucionar os problemas do País, Estados e Municípios” aponta a OAB. Para a OAB, esses e outros temas devem ser discutidos em paralelo com a democratização dos meios de comunicação, como defende Wadhi Damous. Para ele, essa pauta deve ser seriamente discutida, pois perpassa o modo que se faz política no país.

Propostas diferentes

Atualmente, circulam no Congresso alguns projetos que tratam do assunto. O deputado federal Chico Alencar (PSOL) é relator de um deles, a PEC 276/13, que prevê a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva específica para a reforma do sistema político brasileiro. Pela lei, somente o Congresso pode aprovar mudanças como as desejadas com a convocação de um plebiscito ou referendo. No plebiscito, o povo elabora um ato legislativo ou administrativo para então ir ao Congresso, enquanto no referendo os congressistas

são os responsáveis pela criação da proposta que, posteriormente, é apresentada ao povo para aprovação ou rejeição.

Há defensores e opositores dos dois lados. Defensores do plebiscito são contra o referendo porque entendem que, se a elaboração da reforma ficar a cargo do Congresso, medidas que desagradassem os deputados e senadores dificilmente seriam aprovadas. Enquanto, os defensores do referendo dizem que um plebiscito teria perguntas muito específicas e que os eleitores não teriam informação suficiente para respondê-las.

Alterações na previdência causam polêmica

Propostas pela presidenta Dilma Rousseff, medidas provisórias 664 e 665 reabriram discussão sobre a previdência no Brasil

As Medidas Provisórias (MP) 664 e 665, propostas pela presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2014, reabriram a discussão acerca dos direitos previdenciários no país. A partir das inúmeras críticas levantadas, o governo tem sinalizado uma abertura ao diálogo. É o que acredita o coordenador de relações sindicais, José Silvestre, que tem participado de reuniões com as Centrais (CSB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT) e o governo.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), representado por Silvestre nas reuniões, solicitou a base de dados que o governo usou para o levantamento e fez projeções que proponham alternativas menos danosas aos trabalhadores. A nova regra do governo prevê que são necessários 18 meses de contrato de trabalho para solicitar o seguro-desemprego. O DIEESE propõe que este tempo seja reduzido para 12 meses. O governo deixou claro que não vai retirar as medidas, mas disse estar aberto ao diálogo.

“Foi um equívoco por parte do governo, deveria ter avisado durante a campanha que isso aconteceria. Não houve diálogo com as centrais sindicais. As decisões, antes de tomadas, devem ser negociadas. A sociedade não pode viver sob a égide do capital financeiro”, comenta o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, Olímpio dos Santos.

Após reuniões realizadas nos dias 12, 13 e 19 de janeiro, ficou acordado que as MPs 664 e 665 serão discutidas por uma comissão tripartite, envolvendo o governo federal, as centrais sindicais e o Congresso Nacional. O acordo foi divulgado no dia 3 de fevereiro por representantes

das centrais e por Miguel Rossetto, ministro-chefe da secretaria-geral da Previdência.

As centrais sindicais exigiam a revogação das MPs, mas, após os encontros com os ministros, manifestaram estarem abertas a negociar porque encontraram resistência por parte do governo federal.

Se aprovadas no Congresso, as MPs vão dificultar o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, à pensão por morte e ao seguro defeso. A mudança no auxílio-saúde também está prevista, mas não entrou na pauta de discussão das Centrais Sindicais, já que não representa perda para os trabalhadores. Com a mudança, o seguro-desemprego só será concedido 18 meses depois da primeira solicitação; o abono salarial passará a ser proporcional ao tempo de trabalho e só terá direito quem trabalhou, no mínimo, seis meses ininterruptos no ano anterior, diferente do atual salário mínimo pago aos trabalhadores com renda de até dois salários, e que tenham trabalhado pelo menos três meses no ano anterior.

Além disso, a pensão por morte só será dada ao segurado que tiver, no mínimo, 24 meses de contribuição e só será vitalícia para quem tem mais de 44 anos de idade. O seguro-defeso – pago aos pescadores no período de proibição da sua atividade – não será permitido a quem já recebe aposentadoria e o solicitante tem que comprovar três anos na profissão, um ano de contribuição à Previdência ou a

venda do pescado. As mudanças não serão retroativas, só valerão para os beneficiários a partir da aprovação das medidas. O auxílio-doença passaria de 15 para 30 dias a ser pago pelos empregadores, além de ser fixado um teto de acordo com a média dos últimos 12 meses de salários-contribuição à Previdência.

A justificativa dada pelo Governo foi o combate às fraudes e o corte de 18 bilhões de reais nas despesas da União, e faz parte do ajuste fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para alcançar o superávit primário de 1,2% do PIB. Em seu discurso de posse, o novo ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, disse que as mudanças não retiram direitos, mas “apenas corrigem distorções para garantir a sustentabilidade da Previdência”.

“A publicação de tais medidas representa um retrocesso

histórico nas lutas dos trabalhadores do Brasil. O estudo do DIEESE mostra que as medidas devem atingir, principalmente, os trabalhadores de baixa renda. A corrupção não é combatida com a retirada de direitos”, afirmou o vice-presidente do SENGE-RJ, Clovis Nascimento.

“A justificativa não se sustenta, pois mesmo combatendo fraudes, que deve ser feito, não vai gerar a receita esperada de 18 bilhões”, argumenta Jardel Leal, economista do DIEESE. Ele acredita que o governo obteria resultados mais expressivos se tributasse fortunas e eliminasse o rentismo, cujos valores

“Foi um equívoco por parte do governo, que deveria ter avisado durante a campanha que isso aconteceria. Não houve diálogo com as centrais sindicais

Olímpio Alves dos Santos
Presidente do Senge/RJ



NÚMERO DE TRABALHADORES A MAIS QUE NÃO ACESSARIAM O SEGURO-DESEMPREGO E OS DESLIGADOS SEM JUSTA CAUSA

BRASIL 2013

Setor de atividade	Número de vínculos adicionais sem cobertura do benefício	Desligados sem justa causa	Vínculos sem direito ao acesso/total de desligamentos (%)
Extrativa mineral	16.361	47.745	34,3
Indústria de transformação	755.802	2.155.989	35,1
Serviços industriais de utilidade pública	23.393	68.911	33,9
Construção civil	880.961	2.035.237	43,3
Comércio	1.165.996	2.981.060	39,1
Serviços	1.546.051	4.136.153	37,4
Administração Pública	155.013	451.393	34,3
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	253.489	598.825	42,3
Total	4.797.066	12.475.313	38,5

Fonte: MTE.Rais • Elaboração: DIEESE

ENTENDA AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

Legislação anterior

MP 665

O benefício era pago aos trabalhadores que mantiveram vínculo formal por um mês no ano anterior do pagamento

O benefício passa a ser pago aos trabalhadores que mantiveram vínculo formal por no mínimo 180 dias ininterruptos no ano anterior ao do pagamento

O valor do benefício era de 1 salário mínimo, independentemente do número de meses trabalhados

O valor do benefício passa a ser proporcional aos meses trabalhados, variando de meio salário mínimo para aqueles que trabalharam no mínimo seis meses a um salário mínimo para aqueles que trabalharam 12 meses

Passam a ser computados "no valor do abono" os rendimentos das contas individuais para os integrantes do antigo Fundo PIS-Pasep

Legislação anterior

MP 665

1º acesso: seis meses ininterruptos de trabalho para o primeiro acesso

1º acesso: 18 meses de trabalho nos últimos 24 meses anteriores à dispensa.

2º acesso: 12 meses de trabalho nos últimos 16 meses anteriores à dispensa

Demais acessos: mínimo de seis meses trabalhados nos últimos 36 meses para os acessos subsequentes.

Demais acessos: seis meses ininterruptos de trabalho antes da dispensa.

Carência: 16 meses entre um pedido e outro (Resolução 467 do Codefat)

A lei mantém a prerrogativa do Codefat de estipular a "carência", que a princípio permanece 16 meses

pagos com juros e especulação equivalem a 40% do orçamento.

"Estamos diante de um quadro dramático. Se fizerem apenas remendos, os problemas vão voltar. É preciso atuar nas causas e enfrentar os problemas: deixar claro e separado a relação entre o que é público e o que é privado, ampliar a noção de cidadania, que cada vez menos preza pelo compromisso social e coletivo, implementar de fato a reforma agrária que tem sido cada vez mais abandonada, entre outros", critica Jardel.

A ANÁLISE DO DIEESE

Utilizando os dados utilizados pelo próprio governo federal, o DIEESE fez uma análise do impacto das MPs. O estudo realizado pelo Departamento aponta que as medidas irão impactar na parcela mais vulnerável da população.

Para o DIEESE, apesar de o governo ter "reiterado que essas medidas não extinguem direitos trabalhistas", as novas regras "restringem seu alcance, excluindo milhões de pessoas da possibilidade de acessá-los".

O Departamento reitera ainda a preocupação com o fato de as medidas destoarem da estratégia implementada pelo próprio governo nos últimos anos, "cuja finalidade era a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais, além de contradizerem suas declarações manifestando o compromisso em não tocar nos direitos trabalhistas".

Em uma das projeções do DIEESE, dentre os 12,5 milhões de vínculos trabalhistas rompidos em 2013, 25% (3,2 milhões) não teriam direito ao benefício do seguro-desemprego, pois tinham menos que seis meses de emprego antes do rompimento. Com a MP 665, o contingente de trabalhadores que não teriam direito ao benefício do seguro-desemprego aumentaria para 8 milhões, ou seja, 64,4% do total de desligados.

Comparando-se o número de trabalhadores que não teriam direito a requerer o seguro-desemprego nas duas regras, chega-se a uma estimativa de que, com a MP 665, mais 4,8 milhões de trabalhadores não poderiam acessar o seguro-desemprego (38,5% do total de demitidos sem justa causa em 2013). Relativamente, o impacto é maior nos setores da Construção civil e Agricultura, nos quais os trabalhadores sem direito ao acesso representam respectivamente 43,2% e 42,3% dos demitidos sem justa causa.

POESIA EM CONSTRUÇÃO

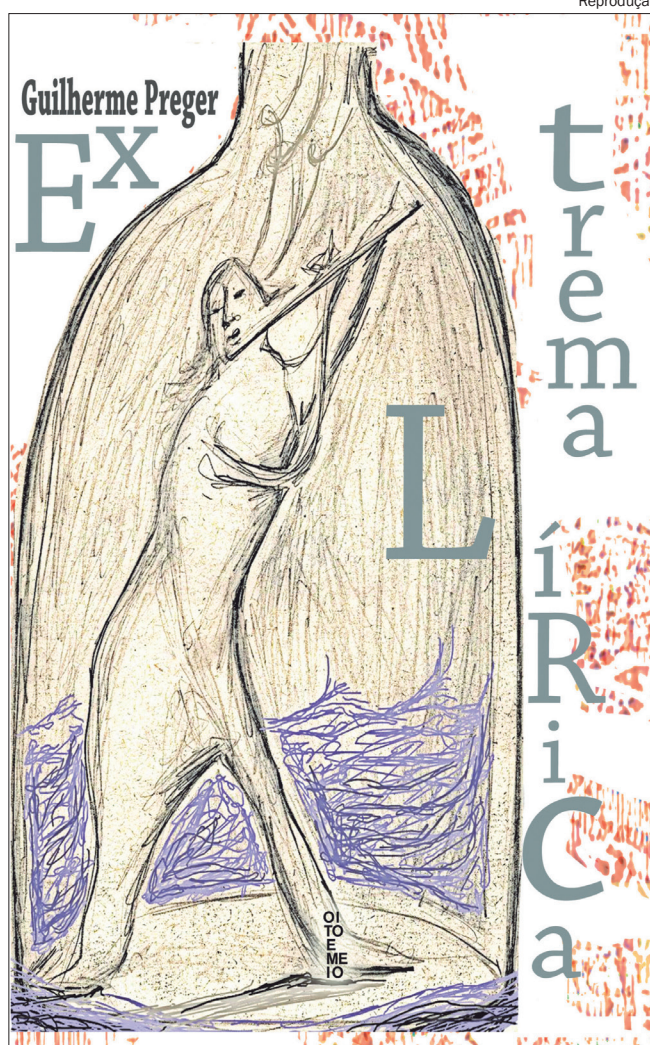
O engenheiro de Furnas, Guilherme Preger, conta como engenharia e poesia estão mais próximas do que parece

Engenharia: a arte de aplicar os conhecimentos científicos à invenção, aperfeiçoamento ou utilização da técnica industrial em todas as suas determinações.

Assim define o dicionário Michaelis sobre a profissão Engenharia. Talvez a arte na qual se refere não a considere de modo restrito, geralmente ligado às artes plásticas, escultura, literatura etc, mas genericamente a tudo que pressuponha inventividade. Sendo assim, tudo que é pensado e produzido criativamente deve ser considerado como arte, seja um prédio, um quadro ou um livro de poesias.

Arte ou não, não cabe discutir aqui. Mas, uma coisa é certa: a interação entre as áreas de conhecimento é dinâmica e está em constante diálogo. Guilherme Preger é engenheiro e poeta. Ele acredita que a relação entre as duas áreas tem a ver com engenho, criação e invenção. “O bom engenheiro deve ser aquele que coloca sua engenhosidade em nome da inventividade técnica. A poesia é uma técnica de palavras, assim como existe uma poética dos dispositivos técnicos”, compara.

Guilherme trabalha há 20 anos como Engenheiro de Telecomunicações em Furnas, Rio de Janeiro. Ele cultiva, além da objetividade do seu trabalho diário, o velho hábito da literatura: escreve poesia desde o período da faculdade. O que a princípio era apenas um “desejo imperioso de se expressar” tornou-se também mais uma possível profissão com a formatura em Letras - Português/Literatura. As noites de dedicação às letras resultaram no primeiro de dois livros de poesia. “Capoeiragem” foi lançado em 2003 pela editora 7Letras e trouxe da experiência rítmica e verbal da capoeira a força motriz do seu primeiro trabalho.



“Acredito que em momentos de crise o melhor que podemos fazer é estimular nossa criatividade e imaginação, que todos possuem”.

O início produtivo dos primeiros anos logo o levou a um longo hiato. “Após o lançamento de meu primeiro livro de poesia em 2003, fiquei alguns anos sem conseguir escrever mais poemas, num grande bloqueio criativo. Acreditava que não conseguiria mais escrever nada. Mas a minha participação em coletivos literários me ajudou a retomar a escrita. Os poemas saíram muito em função de minha angústia com a situação do mundo. Acredito que em momentos de crise o melhor que podemos fazer é estimular nossa criati-

vidade e imaginação, que todos possuem”, revela.

Até que em 2014, o lançamento de “Extrema Lírica” demonstra que o período de reclusão chegou ao fim. “Os poemas do livro coincidem com esse período turbulento da história humana, pós-crise de 2008. O tema geral do livro é a questão de como permanecer com um sentimento lírico em épocas de turbulência, incertezas e transformações. Entendo o lirismo como um sentimento de sincronismo dos afetos através do ritmo da palavra. Há poemas sobre a Primavera Árabe, sobre as manifestações de 2013, sobre o aquecimento global”.

Dados os primeiros passos, Preger conta que nutre a vontade de “viver de escrever, pensar e ensinar”, horizonte que projetou para seu futuro. Nesse caminho de engenharia e poesia, ele considera que uma atividade alimenta a outra. A poesia lhe mostrou que é preciso inventar novas maneiras para resolver velhos problemas, paradigma central da engenharia. Na

engenharia, por sua vez, percebeu que a criatividade é essencial para um bom profissional. “O trabalho perde em interesse quando se trata apenas de gerenciar o antigo. Gosto do trabalho sempre quando envolve pesquisa e novidade. Já trabalhei com muito gosto em várias atividades de Planejamento de Sistemas e em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Porém, nos últimos anos, a inovação tem sido menosprezada pela empresa e em consequência houve uma perda de qualidade no trabalho de todos os engenheiros. Acredito que todos trabalham melhor quando há algo de novo”.

Manuel Bandeira devia estar certo, a poesia está mesmo em tudo.

Confira, abaixo, a poesia que dá nome ao seu mais recente livro:

*Batalhar uma resposta
sem aguardar a pergunta
como arriscar-se pelas águas
sem temer se ora afunda.
A terra se agita o mar se revolta
no ar gira um redemoinho
as geleiras se desfazem
o planeta se sabe sozinho.*

*oh baby baby é preciso
seguir sempre em frente
mesmo sem o manto cálido
de sua carne envolvente*

*Entre automóveis incendiados
as multidões ocupam as praças
calam os corpos torturados
súplicas pelo instante da graça.
Há um vagalhão que carrega
raivosos jovens pelas ruas
e se dispersam noturnos
suspiros entre as peles nuas.*

*oh baby baby é preciso
abrir os poros dos sentidos
um coração dilacerado
dói mais do que um osso partido*

*Que translúcido cristal
guardaria o delicado lirismo
e a bordo de uma frágil nau
o mais centrado narcisismo
ignorasse o mundo em
pedaços?
como diante do que acontece
não fazer da extrema lírica
uma queixa um grito um SOS?*

Carta aberta em repúdio à falta de transparência e diálogo do Confea

Falta de transparência e diálogo. Estes foram os elementos que conduziram o evento "Diálogo Confea/CNE/MEC", nos dias 21 e 22/1, em Brasília. Na ocasião, foram recepcionados cerca de 50 professores ligados a universidades de todo o país, um integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE) e nenhuma representação do Ministério da Educação (MEC). Discrepância maior foi a falta de respeito com a coordenação da Comissão de Educação e Atribuição Profissional (CEAP), que sequer tomou conhecimento da organização do evento.

Na contramão do fortalecimento das entidades e de construção coletiva das agendas do Confea, não houve convocação de participação para as lideranças do Sistema. O Confea promoveu o

evento desconhecendo e ignorando que as coordenadorias nacionais debateram, ao longo do ano passado, a temática do referido encontro, discutindo e aprovando deliberações a respeito.

Destacamos que é fundamental a integração com os professores e as instâncias governamentais e de controle social para o debate e a defesa de políticas públicas de educação. Repudiamos a falta de diálogo e de respeito do Confea com os profissionais de engenharia e das áreas tecnológicas do Sistema. Ressaltamos, ainda, a nossa preocupação com o Ensino à Distância (EAD) e afirmamos a nossa posição contrária a este método de ensino para os cursos de graduação de engenharia, a não ser que sejam utilizadas como ferramentas e metodologias complementares, conforme reso-

lução aprovada no 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge).

Nesse sentido, nós, da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), reivindicamos que a presidência do Confea apresente documento esclarecendo:

- Desdobramentos do evento, especialmente em relação ao Ensino à Distância e à integração do sistema profissional com a educação;
- Esclarecimentos sobre o desrespeito com os integrantes da CEAP;
- Total de gastos com o evento;
- Critérios para participação;
- Justificativas para a ausência de profissionais e lideranças do Sistema Confea/Crea e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros **fisenge**

art²⁷

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Nova CEDAE tem nova diretoria

Senge-RJ apresenta manifesto e felicita a nova gestão

No dia 13 de janeiro, o corpo funcional da CEDAE recebeu a notícia que a direção da empresa fora modificada pelo seu conselho. O novo presidente é o cedaeano, ex-diretor, Engenheiro Jorge Briard.

A reformulação consta também na modificação de uma nova diretoria que está composta, de forma inédita, por funcionários de carreira da companhia. O sentimento dos trabalhadores é de esperança e motivação. O desafio é enorme, não só pela busca da universalização do saneamento de qualidade, mas também pelo enfrentamento da provável maior crise hídrica da história da Região Sudeste. Só através de muito trabalho, empenho, capacidade técnica e união a Nova CEDAE será capaz de superar esse desafio e mostrar à sociedade porque esta é a maior e mais tradicional companhia de Saneamento do Brasil.

O Senge-RJ faz coro com o corpo funcional da empresa na esperança de que a nova direção da CEDAE restabeleça o respeito e a comunicação com as entidades de representação sindical da companhia. A esperança é também com relação aos engenheiros da Companhia, que veem no novo presidente e na nova direção a expectativa de retomada das negociações com o Senge-RJ.

Por tudo isso, o Senge-RJ deseja sucesso, na gestão que se inicia, ao novo presidente, Engenheiro Briard, e à sua diretoria.

A DIRETORIA

Sergio Almeida avalia cenário político e econômico brasileiro

Ex-presidente do Sindicato dos Engenheiros falou sobre o resultado das eleições de 2014 e sobre os desafios da esquerda nos próximos anos

Como você avalia as eleições e o quadro político atual?

Para tratar dessas questões, é necessário lembrar as disparidades e vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas e culturais do nosso País: pobreza confrontada com bolsões de opulência, violência, poluição, racismo, corrupção, serviços públicos de má qualidade e insuficientes, dentre outras mazelas. Esse é o pano de fundo sobre o qual devemos examinar o quadro político. Apesar de haver um reconhecimento quase unânime dessas vulnerabilidades, são fortes as divergências com relação aos caminhos a serem trilhados para superá-las. A eleição presidencial de 2014 evidenciou essas diferenças. De um lado havia uma candidatura de continuidade do modelo de desenvolvimento com viés social, iniciado com Lula em 2003 e, do outro, dois candidatos com programas semelhantes, de caráter neoliberal.

Sinteticamente, em que essas visões se diferenciam?

Os adeptos do liberalismo econômico defendem a tese de que a interferência do Estado na economia é prejudicial ao seu desenvolvimento. Advogam que as "forças do mercado", sempre atentas às oportunidades de realizar negócios, se encarregam de suprir as necessidades sociais, de modo mais eficiente que através de políticas públicas compensatórias. Ademais, enxergam nas disparidades sociais um incentivo aos que estão atrás buscarem alcançar os padrões

de vida dos mais bem sucedidos. Como numa competição de atletismo. Na sequência da crítica ao intervencionismo do Estado, defendem a venda de empresas estatais. Além disso, priorizam o relacionamento internacional com os países centrais do capitalismo, através de acordos de livre comércio.

Os social-desenvolvimentistas, ainda que sem realizar reformas preconizadas pelos setores de esquerda no espectro político - agrária, urbana, tributária e política - valorizaram as políticas públicas de caráter compensatório - com destaque para programas como o Bolsa-Família, o Minha Casa Minha Vida e o Luz para Todos - que permitiram que quase 40 milhões de pessoas ultrapassassem a linha de miséria. A valorização paulatina do Salário Mínimo e o estímulo à formalização do mercado de trabalho resultaram em melhoria expressiva dos setores de baixa renda da sociedade, o que terminou por dinamizar a economia nacional e contribuir para que o País lidasse com a crise econômica global, intensificada a partir de 2008, sem os traumas observados em outras regiões do planeta, que se depararam com o aumento do desemprego e a redução de renda e direitos sociais. Ademais, recuperaram a ideia de que as compras do poder público, em especial das empresas estatais, devem ser articuladas com o desenvolvimento industrial brasileiro. Isso ocorreu de forma clara com a indústria naval, recuperada graças às encomendas de plataformas pela Petrobras. Em

contrapartida, a Vale, uma outra grande empresa, controlada por sócios privados, não priorizou a aquisição de bens industriais nacionais, por exemplo da indústria ferroviária, preferindo adquiri-los a preços que no curto prazo são mais baixos, mas que não incentivam nosso desenvolvimento industrial.

No âmbito da política internacional, o Brasil tem procurado diversificar seu relacionamento econômico e criar alternativas às instituições políticas dominadas pelos países ricos, como o Banco Mundial e o FMI. O reforço do Mercosul e a criação de um banco integrado pelos BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - são exemplos dessa visão.

Qual sua visão sobre as denúncias de corrupção na Petrobras?

A Petrobras é a principal empresa brasileira. O recuo do seu "valor de mercado" tem sido apontado como sinal da sua ineficiência. Ora, a Petrobras é a empresa que detém o maior conhecimento dentre todas no mundo sobre a exploração de petróleo em águas profundas. Não por acaso, a agência de espionagem estadunidense NSA mantinha - ou ainda mantém - a empresa sob vigilância ilegal. A descoberta e a exploração bem sucedida do pré-sal tem sido motivo de cobiça das outras petroleiras gigantes e dos países centrais do capitalismo, que não possuem petróleo suficiente para sustentar seu consumo. As denúncias de corrupção na empresa devem ser apura-



Adriana Medeiros

Para Sérgio Almeida, não é aceitável privatizar a Petrobras por conta dos desvios

das e punidos quem recebeu e quem pagou propina. Mas não é aceitável propor sua privatização por conta de desvios. Estaríamos "jogando fora a água da bacia juntamente com o bebê". Temos que coibir os desvios. Não devemos esquecer também que a corrupção é uma chaga que está visceralmente ligada ao livre mercado, em decorrência da competição selvagem entre seus agentes. Apenas a título de ilustração, a matéria de fundo do número 828 da revista "Carta Capital" trata de incontáveis episódios de corrupção envolvendo o doleiro Alberto Youssef com administrações de todos os partidos de governo. No mesmo exemplar da revista, aparecem denúncias de desvios nas forças armadas dos EUA, envolvidas nas invasões do Iraque e Afeganistão, no valor de US\$ 39 bilhões! E também a notícia da prisão de um ex primeiro ministro português por corrupção.

Leia a entrevista completa em nosso site:
www.sengerj.org.br



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. /1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br